



CORRE CAMPO



XII CONFASER

A força da extensão rural brasileira PÁG 8



2015: Um ano de intensas mobilizações em defesa da categoria!

O ano de 2015 foi marcado por grandes mobilizações do SINTAPE em defesa dos direitos dos servidores da Agricultura e do Meio Ambiente. Caminhadas de protesto, mesas de negociações, panfletagem, ações jurídicas em prol dos trabalhadores, assembleias para discutir pautas de reivindicações, luta pela homologação de PCCS e PCCV, entre outras atividades, trilharam a jornada do sindicato neste ano que se encerra. A luta não vai parar. Em 2016, a batalha continuará firme e forte contra as injustiças da nossa classe trabalhadora. Confira nesta edição, nossas mais importantes ações em 2015!



IPA: Luta pela homologação do PCCS continua.

PÁG 3



Diagnóstico CPRH: Categoria se mobiliza por uma melhor gestão.

PÁG 5



Resumo das negociações IPA e Perpart. O que temos definido?

PÁG 6



Sintape faz panfletagem contra descaso na agricultura no Estado.

PÁG 7

O Sintape deseja a todos os associados um Feliz Natal e um 2016 de muitas conquistas!

Editorial



Cortes no orçamento e o Comprometimento dos serviços

Que há crise instituída, isso é inegável! Mas até que ponto se pode comprometer à população com as medidas adotadas por nossos governantes? Essa crise repercute no Brasil de uma forma gigantesca e não diferentemente, nos estados e municípios. Os governos federal e estadual, em nome de uma crise que tem atingido o mundo, anunciam um ajuste fiscal e cortes sem precedentes. No Governo Federal fala-se em R\$ 76 bilhões. Em Pernambuco, o governador Paulo Câmara fala em 20% do orçamento anual, mas já recentemente anunciou algo como 720 milhões. Nos meios de comunicação, a Controladoria Geral falava que já está próximo de alcançar R\$ 230 milhões em cortes, isso somente no primeiro quadrimestre. Fazendo uma análise contextual dos entes da nossa base

sindical, constatamos algumas situações vexatórias. No IPA, por exemplo, o Estado fez uma redução de R\$ 60 milhões em seu orçamento anual, que era de R\$ 215 milhões, para apenas 155 milhões num primeiro momento e aprofundou ainda mais em seguida, comprometendo a qualidade dos serviços e reduzindo drasticamente sua atuação. Mais vergonhoso foi ter que afastar 170 companheiros de contratos temporários, levando a inevitável sobrecarga dos efetivos que tiveram que atender mais de um município. Carros sem manutenção, cortes absurdos em combustível, falta de material de limpeza e de consumo dos escritórios, etc. Isso sem falar no grande déficit na Extensão Rural, que já não se faz há muito tempo e a redução do número de agricultores familiares atendidos, para menos de 50 mil. Além disso, podemos citar o fechamento da Biofábrica em Itapirema, após investimentos que superaram R\$ 1 milhão e do Laboratório Fitoterápico no Recife, sem nenhuma explicação. E a população que diariamente

buscava socorro e auxílio? **Está abandonada.** Nos demais órgãos não têm sido diferente. A CPRH confirmou o corte de 30% no orçamento da Agência, demissão de 60 estagiários e de 50% do pessoal terceirizado de apoio administrativo. Também, houve a diminuição dos motoristas das atividades fim (fiscalização, licenciamento e monitoramento), com limitação do número de veículos para os diversos setores, além do encerramento de contrato da empresa responsável pela limpeza, o que se verifica no acúmulo de lixo e falta de higienização dos banheiros e a precarização dos serviços é que relatam os servidores e empregados. Na APAC, além da difícil relação entre os dirigentes servidores/representação sindical, também houve cortes consideráveis no orçamento, comprometendo o monitoramento e a fiscalização. Na ADAGRO, não tem sido diferente, cortes no custeio e a redução drástica das suas ações. O Governo Estadual ao determinar os cortes na CPRH e demais órgãos não levou em

consideração a necessidade da manutenção das atividades essenciais, com certeza todas se encontram prejudicadas em sua qualidade, sobrevivência e provoca até mesmo diminuição de receitas, por conta da realização de novos convênios e concorrência em chamadas públicas. **Até que ponto estes cortes podem comprometer a qualidade dos serviços em Pernambuco?** Onde estão os compromissos assumidos durante a Campanha eleitoral com a população? Como o Estado pode se fazer presente, se justamente em um momento tão importante na busca pelo ajuste financeiro a primeira iniciativa é a supressão dos serviços públicos? **"É governar na informalidade". Governo forte é governo presente,** onde existe o vazio da presença do estado, a marginalidade é quem ocupa. A basear-se pela posição política do Governo de Pernambuco em colocar a conta da crise nas costas da população, enfrentaremos sem dúvida; **tempo sombrio!**

Manoel Saraiva
Presidente do Sintape

Expediente

JORNAL CORRE CAMPO

Uma publicação do Sintape - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco.

Fundado em 06 de outubro de 1989.

Jornalista responsável:
Rosângela Araújo - DRT: 1156/98

Projeto Gráfico e Diagramação:
LM Gráfica - (81) 3231.3203

Tiragem:
2 mil exemplares



Rua Dr. João Lacerda, 350 | Cordeiro, Recife, Pernambuco, Brasil. CEP 50711-280
Fones: (81) 3445.1648
www.sintape.org.br
www.twitter.com/sintape
contato@sintape.org.br



// Dezembro de 2015

DIRETORIA:

Presidente: Manoel Saraiva Marques (IPA) Vice-presidente: Antonio Fernando S. Pinheiro (Perpart) Secretário Geral: George Luiz de Oliveira (IPA) Suplente de Secretário Geral: Mallon Sampaio da Rocha (IPA) Diretor Financeiro: Antonio A. Fonseca Barros (Perpart) Suplente de Diretor Financeiro: Azarias de Assis Moreno (Perpart) Diretor de Imprensa: Carlos Alberto Vilela Barbosa (Perpart) Suplente de Diretor de Imprensa: Ademir Damião dos Santos (CPRH) Diretor Jurídico: Regivaldo J. Vitor da Silva (IPA) Suplente de Diretor Jurídico: Carlos Henrique da Costa (IPA) Diretor de Esportes: Aminadable Moreira da Silva (Perpart) Suplente de Diretor de Esportes: Adeildo Barbosa da Silva (Perpart) Diretor de Formação Sindical: Adailton Severino de Melo (IPA) Suplente de Diretor de Formação Sindical: Myrna Lúcia Ávila (CPRH) Diretoria de Patrimônio e Filiação: Maria Luciene Albuquerque (IPA) Suplente de Diretoria de Patrimônio e Filiação: Silvânia Maria da Silva (APAC).

CONSELHO FISCAL:

Efetivos: 1. Vilma Elias Monteiro (Perpart) 2. Genildo Silva do Nascimento (Perpart) 3. José Carlos dos Santos (IPA) Suplentes: 1. Sandra Lúcia de Lima (IPA) 2. Marília do Socorro Godoy (Adagro) 3. Carlos Marcelo Melo Machado (Perpart).

Pauta unificada mobiliza base do Sintape

Unidos em torno de uma pauta única, servidores e funcionários da APAC (Agência Pernambucana de Águas e Clima), Adagro (Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco), CPRH (Agência Pernambucana do Meio Ambiente), IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), Perpart (Pernambuco Participações e Investimentos S/A) e Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) realizaram assembleias e uma passeata que antecederam o início das negociações com a Secretaria de Administração, no final do primeiro semestre deste ano.

A pauta girou em torno das discussões referentes às reposições salariais, Planos de Cargos, ticket alimentação, diárias, plano de saúde, gratificação de risco de vida, condições de trabalho e outros.

O Governo do Estado vem alegando que está com a receita líquida comprometida em 50,30%, o que o inviabilizaria as negociações e reajustes salariais de acordo com a



Servidores realizaram assembleias e passeata que antecederam o início das negociações com a Secretaria de Administração.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas o Sintape insiste que a conta dos ajustes não deve cair somente sob as costas dos trabalhadores.

A reunião de negociação com o secretário de Administração e servidores só ocorreu graças à mobilização da categoria, que decidiu fazer uma caminhada, no dia 15 de junho, saindo do Segundo Jardim de Boa Viagem até a Secretaria de Administração (SAD), onde foi realizada uma assembleia conjunta, com todos servido-

res e empregados da base do sindicato.

A passeata foi precedida por assembleias setoriais em cada um dos órgãos e uma assembleia geral para definir os encaminhamentos que culminaram com o ato em frente à SAD. Desde o início das negociações, o Sintape vem pressionando o governo para que cumpra com as promessas de campanha de valorização do servidor e apresente respostas concretas à pauta de reivindicações da categoria.



A luta pela homologação do PCCS do IPA continua

A luta pela homologação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do IPA continua forte, e não vamos parar. O documento foi revisado por uma comissão paritária composta por cinco

membros do Sintape e cinco do IPA e entregue à diretoria do instituto. A entrega aconteceu desde o final de 2014 e, desde então, o sindicato vem promovendo ações para pressionar a instituição a

agilizar o processo de homologação junto ao Governo do Estado.

Para a diretoria do Sintape, o IPA descumpra acordo ao não enviá-lo para análise e posterior homologação pela Secretaria de Administração. O Sintape, por várias vezes, cobrou da diretoria do Instituto, por meio de ofícios, o envio do plano à SAD.

Para pressionar a direção do Instituto a dar seguimento aos trâmites do PCCS, o Sintape e diversos servidores realizaram, em abril deste ano, uma assembleia, na qual se tirou como encaminhamento um protesto pela falta de compromisso e descaso da instituição para com os servidores. A assembleia aconteceu no dia 26. Já o ato,

realizado no dia 5 de maio, ocorreu simultaneamente nas gerências regionais, estações experimentais e na sede do IPA, onde foram colocadas faixas e distribuídos adesivos cobrando a homologação.

Mesmo com a mobilização contínua por parte dos trabalhadores e do Sintape, nenhuma ação concreta foi tomada pela empresa e os servidores decidiram participar de um novo o ato em conjunto com todas as instituições que fazem parte da base do Sintape, mais uma vez cobrando a homologação do PCCS. Desta vez, no dia 15 de junho.

O ato contou com uma caminhada pela Avenida Boa Viagem em direção à Secretaria de Administração. Lá, a direção do sindicato foi



Diretoria participa de atividades para conscientizar a categoria





Intuito das ações é pressionar a instituição a agilizar o processo junto ao Governo do Estado

recebida pelo secretário de Administração, Milton Coelho, e de Agricultura, Milton Mota. Na ocasião, foi decidida uma agenda de discussões das problemáticas de cada instituição. No dia 19 de junho, foi realizada mais uma reunião com os representantes do Sintape, o secretário, Nilton Mota, e o presidente do IPA, Gabriel Maciel. No encontro, o secretário afirmou não conhecer o conteúdo do PCCS. O Sintape esclareceu que o texto estava disponível desde dezembro de 2014 e que o Governo teve tempo suficiente para analisar o conteúdo. O secretário solicitou a criação de uma comissão paritária composta por três membros do Sintape e três do IPA para reavaliar o conteúdo do Plano, concedendo um prazo de 45 dias para o envio à pasta estadual. A comissão foi criada e atendeu à solicitação do secretário, encaminhando o

PCCS reavaliado e atualizado no início do segundo semestre deste ano. No entanto, nada está andado e mais uma vez o Sintape estará cobrando um posicionamento do Governo do Estado. O que falta? Por que não se faz? Por que o secretário de Agricultura que se propôs aliar-se na luta tem fugido ao compromisso. CHEGA DE OMISSÃO!

"Vamos continuar mobilizados e atentos aos desdobramentos que serão dados, pois sabemos da importância do PCCS na valorização e reconhecimento dos servidores do IPA. Não vamos cruzar nossos braços e esperar que o Governo ignore nosso pleito. Vamos fortalecer a luta e promover ações até que nossos pontos sejam atendidos", destacou o presidente do Sintape, Manoel Saraiva. 2016 será marcado por grandes atos em busca da homologação.

Sindicato aguarda andamento processual do FGTS dos empregados da ex-Emater

Os documentos solicitados pela Caixa Econômica Federal para a comprovação ou não do pagamento referente ao expurgo inflacionário de março de 1990 do FGTS, a cerca de 1.100 trabalhadores da ex-Emater, (já) foram encaminhados para o escritório de Advocacia. "Agora, resta-nos aguardar o prazo que será dado pela Justiça à instituição financeira para juntar os referidos extratos e se pronunciar sobre a ação", esclarece o diretor Jurídico do Sintape, Regivaldo Vitor.

No processo, de nº 95.0003433-6, que tramita na 9ª Vara Federal, o sindicato reivindica 84,32% referente ao expurgo inflacionário do mês e ano citados acima. A Caixa, porém, alega que a correção do índice já foi feita nas contas fundiárias dos autores. Para fins de comprovação, solicitou e a Justiça acatou que o Sintape providenciasse cópias do PIS, da CTPS – constando o nome do empregador, período de admissão e demissão -, além do banco e agência depositária do FGTS de todos os autores.

O sindicato solicitou aos autores do processo toda documentação exigida. A entidade teve 60 dias para fazer o recolhimento das cópias. O prazo para entrega se encerrou em 30 de setembro e os documentos já foram devidamente encaminhados para Justiça Federal, através do escritório de advocacia que representa o Sintape.

Segundo o diretor jurídico do sindicato, se ficar comprovado que a aplicação deste índice já foi feita nas contas fundiárias (FGTS), o processo deverá ser extinto. Se não houver comprovação, a alegação da CEF será desconsiderada e o processo seguirá para execução.



Sintape monitora planejamento

Com o objetivo de se manterem permanentemente próximos de suas metas estipuladas no Planejamento Estratégico do sindicato, os dirigentes do Sintape realizaram, no primeiro semestre do corrente ano, o primeiro monitoramento de suas ações. E que se repetirá a cada ano dessa gestão. O Planejamento Estratégico do Sintape tem como objetivo subsidiar a sua gestão, a fim de potencializar os seus recursos humanos e financeiros, com foco nos resultados esperados para o período de 2014 a 2017. O processo compreende três fases: a primeira consiste na elaboração do Plano com a formulação de objetivos e de

uma estratégia para alcançá-los; a segunda, o monitoramento para garantir a sua execução. Por fim, a avaliação dos resultados, verificando o que foi realizado ou não, indicando às necessárias mudanças.

A reunião para tratar do primeiro monitoramento

ocorreu no auditório da Perpart e contou com a presença da diretoria e dos delegados sindicais das regionais de Arcoverde, Salgueiro, Araripina, Recife, Palmares, Serra Talhada, Caruaru, Garanhuns, e Lajedo. No monitoramento do planejamento estratégico

foram avaliados todos os itens propostos. Outros deverão ocorrer nesta mesma metodologia. Você pode encontrar mais informações sobre o monitoramento e o planejamento do sindicato em nosso site www.sintape.org.br.



Planejamento tem como objetivo subsidiar a gestão, a fim de potencializar os recursos humanos e financeiros

Diagnóstico CPRH: Categoria contribuindo para uma melhor gestão



Dirigentes do Sintape, da ASSEC e uma comissão da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) visitaram órgãos do Governo, a Alepe e Poder Judiciário para entregar o Diagnóstico

Dirigentes do Sintape, da Associação dos Servidores e Empregados da CPRH (ASSEC) e uma comissão de funcionários da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH), visitaram diversos órgãos do Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Poder Judiciário para entregar o Diagnóstico da Gestão da Agência, debatido e sistematizado pelos empregados e servidores da entidade.

Em assembleia do sindicato realizada em setembro do ano passado, servidores e empregados da CPRH decidiram elaborar um diagnóstico da situação da Agência para contribuir com a nova gestão estadual que se instalará em 2015.

Como etapa inicial do diagnóstico, foi elaborado um questionário com perguntas abertas sobre os pontos positivos e negativos referentes à gestão da CPRH, além de sugestões e contribuições para os gestores da instituição, sendo tal questionário respondido por boa parte da categoria.

Depois, o Sintape promoveu

um Seminário com a participação de 30 funcionários, representando os diversos setores da CPRH que debateram as respostas do questionário, diagnosticando a situação da Agência na visão de seu corpo funcional.

Uma análise do relatório do seminário aponta uma série de problemas que prejudicam a atuação da CPRH, indicando entre outros: conhecimento técnico insuficiente de parte dos gestores; sujeição da Agência à pressões políticas; interferência da SEMAS em atividades exclusivas da CPRH; falta de integração interna e interinstitucional para otimização dos processos; estrutura inadequada das edificações da sede, anexos, unidades do interior e unidades de conservação; além de inexistência de processo participativo do corpo funcional.

Destaca-se, ainda, que não há um programa de capacitação e treinamento do corpo funcional da Agência, baixos salários, diárias e vale-refeição defasados, falta de revisão e adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Por fim, o texto denunciou a saída de parte dos servidores estatutários, sem haver perspectiva para realização de novo concurso público, sendo o quadro mais alarmante para os celetistas que recebem um tratamento excludente no que se refere ao enquadramento por tempo de serviço. Também, aqueles celetistas que atuam na fiscalização ambiental não recebem a gratificação de risco de vida como recebem os fiscais estatutários.

Com referência aos pontos positivos da gestão da CPRH, verificou-se que os mesmos são pontuais e esporádicos, como a disponibilização de veículos, parte do mobiliário e equipamentos de informática, porém, tais se encontram ameaçados pela política de contenção de custos, recentemente implantada pelo Governo do Estado. Como destaque, foi apontado que o corpo funcional da CPRH é capacitado e empenhado em exercer suas funções, além de haver um nível razoável de organização e consciência de seus direi-

tos e deveres.

O relatório foi entregue à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Secretaria de Administração, Presidência da CPRH, Presidência da Assembleia Legislativa, Procuradoria do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Federal e Estadual, além de ter recebido ampla divulgação na mídia pernambucana.

O Sintape encaminhou ofícios relatando a situação e pedindo providências a todos os órgãos visitados e espera que as entidades se pronunciem a respeito do problema e atuem no sentido de minimizar o quadro negativo em que se encontra a Agência. Em setembro, o sindicato encaminhou outro ofício cobrando quais encaminhamentos foram dados em relação ao problema.

Inusitadamente todos os entes retornaram os documentos para a CPRH solicitando esclarecimentos, tendo a mesma sido evasiva em suas explicações.

Acordo Coletivo no IPA e Perpart: Como ficaram as negociações.

PERPART

Os empregados da Perpart, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 29 de outubro do corrente, nas dependências do auditório daquele órgão, para a apreciação da proposta de negociação apresentada pela PERPART, com o objetivo de concretizar as tratativas da data-base 2015, deliberaram pela aceitação das propostas, que ficaram assim definidas:

- * Que as perdas salariais, acumuladas no período de 1º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, serão discutidas na data-base 2016;
- * Aumento no valor facial unitário do vale alimentação ou refeição, passando de R\$ 14,00 para R\$ 15,00 (quinze reais);
- * Aplicação do percentual de 9,15% nos Planos de Saúde, sendo que o percentual do plano de saúde Unimed a participação da Perpart sai de 34% para 39% e a média geral da participação da Perpart sai de 39% para 44%;
- * Com relação aos benefícios sociais que geram impacto financeiro, tais como: auxílio educação, creche, material escolar, funeral, seguro de vida, dependentes físicos, gratificação de



férias, etc., serão discutidas na data-base 2016, ficando as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015 convalidadas por dois anos;

* A Perpart constituirá uma comissão paritária para elaboração do PCCS de seus empregados, na vigência do Acordo Coletivo, ou seja: até 31 de agosto de 2016;

* Falta apenas a apreciação do Acordo Coletivo firmado pelas partes, pelo Conselho de Política de Pessoal (CPP) na Secretaria de Administração e posterior homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), para que entre em vigor.

IPA

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 de novembro do corrente, no auditório do instituto, os empregados do IPA apreciaram a Proposta de Negociação apresentada pela instituição e deliberaram pelos pontos abaixo:

- * Que as perdas salariais, acumuladas no período de 1º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, serão discutidas na data-base 2016;
- * Aumento no valor facial unitário do vale-alimentação ou refeição, em 9,5%, passando de R\$ 13,74 para R\$ 15,05 (quinze reais e cinco centavos);
- * Aplicação do percentual de 9,5% nos atuais valores dos auxílios: Creche, Educação, Compra de material escolar, Funeral, Dependentes portadores de necessidades especiais e Seguro de vida;
- * Quanto à cláusula de Vale-transporte, o desconto passará a ser por nível, ou seja: nível fundamental: desconto de 0,5%, nível médio: desconto de 1,0% e nível superior: de 1,5%, do salário básico do empregado beneficiário;
- * A Licença maternidade/aborto a redação permanece a mesma, acrescentando licença paternidade de 15 dias para seus empregados;



* A cláusula referente ao empréstimo de férias, o desconto passará de 08 parcelas para 10 parcelas. O IPA implantará Comissões da Prevenção de Acidentes (CIPA), nas Gerências Regionais e nas Estações Experimentais;

* O IPA firmará convênios com faculdades no Recife e no interior, para viabilizar descontos mais vantajosos, para que seus empregados se capacitem e melhor atendam as necessidades do Instituto; sendo os mesmos extensivos aos seus dependentes e cônjuges;

* Com relação ao benefício do auxílio saúde e odontológico, será discutido na data-base 2016, ficando as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015 convalidadas até 31 de agosto de 2016;

* Com relação ao PCCS o IPA envidará esforços para que até 04/01/2016, seja realizada uma reunião entre a Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura, IPA e Sintape, para discussão e posterior homologação do mesmo.

Sintape faz panfletagem contra descaso do Governo com a agricultura do Estado

No domingo, 15 de novembro, os diretores do Sintape realizaram uma panfletagem no Parque de Exposições de Animas, situado na Secretaria de Agricultura de Pernambuco, bairro do Cordeiro, em Recife, com o objetivo de expor o descontentamento da categoria com o tratamento dispensado à

agricultura por parte do Governo do Estado.

Dois mil panfletos foram distribuídos com os visitantes, como nota de repúdio diante do descaso do governador Paulo Câmara com um setor tão importante para o desenvolvimento estadual.



Ato aconteceu na abertura da Exposições de Animas, na Secretaria de Agricultura.

DESCASO COM A AGRICULTURA

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE) vem a público denunciar o descaso com que o governo do estado vem tratando os trabalhadores da agricultura familiar e os produtores rurais, através da política pública de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, segurança alimentar, nutrição e saneamento básico (PESCA) e o Plano Estadual de Agricultura Familiar e Rorais (PEAF).

O descaso do IPG, concretizado em sua estrutura, que a 17 de novembro, porém o governo do estado em o presente, não apresenta proposta às suas principais reivindicações:

- 1 - Melhorar condições de trabalho para melhor atender aos 275.000 agricultores familiares do estado de Pernambuco;
- 2 - Plano de cargos, salários e habilitação - PCHS, baseado no PCHS, que já foi realizado desde 2014 e a realização das avaliações de desempenho;
- 3 - Implantação de políticas públicas do período de 15 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015;
- 4 - Ampliação da fiscalização;
- 5 - Contratos públicos para atender às necessidades de pessoal da instituição e melhor desenvolver os serviços de assistência técnica e extensão rural, atendendo os municípios do interior do estado;
- 6 - Fortalecimento das ações de desenvolvimento, geração de renda e melhoria da assistência técnica e extensão rural.

ATÉ QUANDO O GOVERNO CONTINUARÁ TRATANDO COM DESCASO OS TRABALHADORES QUE SÃO RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PELA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO?

PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA PESQUISA E ATER PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Governo altera Estatuto do Servidor Público do Estado e Sintape se posiciona contra

O Projeto de Lei Complementar, nº 493, alterando 11 artigos do Estatuto dos Servidores Públicos de Pernambuco, encaminhado pelo governador Paulo Câmara, para aprovação na Assembleia Legislativa do Estado (Alepe), pegou as entidades sindicais de surpresa. O Sintape já iniciou os debates internos sobre quais posicionamentos deve tomar em relação ao tema e está participando das reuniões no Fórum dos Servidores para informar os encaminhamentos à categoria.

Como o PL, afeta todos os servidores públicos estaduais, as ações a serem definidas precisam ser tomadas em conjunto, segundo destacou o presidente, Manoel Saraiva.

O posicionamento do sindicato

em relação à atitude do Governo é desfavorável. As entidades sindicais temem que a aplicação das novas penalidades leve a demissões sumária dos servidores públicos do Estado, em especial dos estatutários, a quem as novas mudanças são direcionadas. A reforma estatutária do servidor público estadual é um pleito antigo dos sindicatos que representam as diversas categorias no Estado. As discussões sobre o assunto iniciaram no primeiro mandato do ex-governador Eduardo Campos, quando um GT foi criado para tratar das alterações, mas nenhum representante do Executivo participou das reuniões.

Sem consultar ou debater as alterações com o Fórum dos Servidores, o qual é composto

por 16 sindicatos estaduais e duas Associações, o Governo decidiu fazer as mudanças e encaminhar o documento para aprovação dos parlamentares estaduais.

Em audiência pública, solicitada pela deputada estadual Teresa Leitão (PT), no dia 03 de novembro, para travar o PL, o Sintape, representado pela diretora de Patrimônio e Filiação, Luciene Tavares, fez um pronunciamento contra a atitude do executivo estadual em enviar para apreciação e votação do Legislativo, um projeto não discutido com o Fórum dos servidores.

Em sua fala, Luciene pediu aos deputados que aceitassem o pedido da categoria para votar o projeto só após uma discussão ampla com os trabalhadores. "Podemos dizer que esse PL não pode ser aprovado sem que haja diálogo entre o Governo do Estado e os servidores, pois, saiu do gabinete do excelentíssimo governador diretamente para esta casa, haja vista que em anos anteriores foi formado um Grupo de Trabalho (GT)

composto por representantes do Governo e sindicatos para discutir a reforma do estatuto do servidor, e nenhum representante do executivo estadual participou das discussões", sintetizou.

Luciene lembrou que tais discussões precisam ser levadas à Mesa de Negociação, já que a mesma é um instrumento de Diálogo entre o governo e os servidores. "Pedimos aos senhores deputados aqui presentes, que não tratem a Mesa de Negociação, como Mesa de Enrolação", finalizou a dirigente sindical.

Graças ao movimento dos sindicatos, incluindo o Sintape, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Alepe permitiu a criação de um grupo de trabalho para reformar o estatuto dos servidores públicos estaduais, com a participação dos sindicatos e outras entidades classistas. O Fórum dos Servidores já se reuniu e enviou à Comissão as alterações sobre os pontos definidos pelo Governo.



Sintape foi representado pela diretora de Patrimônio e Filiação, Luciene Tavares, que fez um pronunciamento contra a atitude do executivo estadual

XII Confaser mostra a força da extensão rural brasileira



Reunidos em Bento Gonçalves (RS) durante os dias 23 a 26 de novembro, cerca de 560 extensionistas rurais, de 25 estados da Federação e convidados, discutiram a Agricultura Familiar do país



O XII Confaser contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias

O Confaser acontece a cada três anos e tem se consolidado como o mais expressivo evento técnico e político em se tratando de extensão rural brasileira e a Faser vem a cada edição se firmando como interlocutora das políticas públicas para o mundo rural.

Nessa edição o XII Confaser tratou de abordagens significativas distribuídas em dois grandes blocos de debates; no primeiro tratou das questões mais técnicas e pertinentes à extensão rural, tais como a Sucessão na Agricultura Familiar, Soberania

para a extensão rural: Levar a extensão rural a todas as regiões do país, fortalecer o Sistema e a rede de Ater e garantir recursos para a prestação e a execução dos serviços. Argileu Martins frisou que "... não haverá desenvolvimento no campo sem a extensão rural". No entanto uma ênfase comum em todas as falas: "Nós queremos produzir alimentos que efetivamente promovam à saúde e a vida das pessoas". Pela magnitude do evento a Cidade de Bento Gonçalves vivenciou momentos de grande expectativa do futuro da Extensão Rural.

ministro do Desenvolvimento Agrário e o patrocínio do referido ministério, além de diversas outras autoridades, como Argileu Martins, Presidente da Asbraer, do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul e diversos Parlamentares. Nas palavras do Ministro Patrus Ananias "Eu sei, pelas minhas andanças por esse país, da importância dos extensionistas na implementação de políticas públicas que visam promover a agricultura familiar". Em seu discurso na abertura do XII Confaser Manoel Saraiva, Coordenador Geral da Faser destacou três grandes desafios

para a extensão rural: Levar a extensão rural a todas as regiões do país, fortalecer o Sistema e a rede de Ater e garantir recursos para a prestação e a execução dos serviços. Argileu Martins frisou que "... não haverá desenvolvimento no campo sem a extensão rural". No entanto uma ênfase comum em todas as falas: "Nós queremos produzir alimentos que efetivamente promovam à saúde e a vida das pessoas". Pela magnitude do evento a Cidade de Bento Gonçalves vivenciou momentos de grande expectativa do futuro da Extensão Rural.



Evento contou com diversas outras autoridades

e Segurança Alimentar, a Gestão Pública da Água, a Educação para a Agricultura Familiar, as Novas Institucionalidades e a Integração das Políticas Públicas. No segundo bloco tratou de abordagens vinculadas ao movimento sindical, tais como o Estado da Arte da Extensão Rural, a Qualidade de vida e de trabalho, Momento do

movimento sindical, Direito do Trabalhador(a) e Integração de extensionistas da Ater pública e Ong's. Este conjunto de teses tem por objetivo identificar propostas para a construção de um meio rural mais justo com a extensão rural presente e a promoção da inclusão social.

O XII Confaser contou em sua abertura com a presença do Ministro Patrus Ananias,



Delegação pernambucana foi composta por 50 pessoas



Presidente do Sintape falou sobre a importância do Confaser para a extensão rural no Brasil

Pronaf tem maior investimento para safra 2015/2016



O Pronaf 2015/2016 assegurou a aquisição em 30% da alimentação escolar, hospitalar e dos presídios oriundos da Agricultura Familiar

O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) disponibilizou para os agricultores R\$ 28,9 bilhões para que possam financiar a safra 2015/2016. O valor estipulado foi divulgado na apresentação do Plano Safra Agricultura Familiar, pela presidente Dilma Rousseff. Este valor corresponde a deis vezes mais que o aplicado em 2003.

Em 2014, o Governo disponibilizou a quantia de R\$ 24,1 bilhões e atendeu 4,5 milhões de agricultores. Para a próxima safra, a expectativa é que mais 126 mil trabalhadores da Agricultura Familiar sejam atendidos pelo Programa.

O Governo também anunciou que, dependendo do valor que for financiado e da região do país, as taxas de juros serão mantidas abaixo da inflação, com variação que pode ser entre 0,5% e 5,5%. Também terão um diferencial aqueles agricultores familiares que realizam suas atividades no Semiárido. A proposta do Programa é que nessa localidade os juros caiam ainda mais, ficando entre 0,5% e 4,5%. Além do Pronaf Jovem e do Pronaf mulher.

No último Censo Agropecuário realizado, foi identificado que a agricultura familiar é responsável por 74% do trabalho realizado no campo. Isto corresponde a aproximadamente 33% do valor bruto do que é produzido pela agropecuária.

O crescimento na linha de crédito para os agricultores só está sendo possível pelo grande sucesso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Todas essas conquistas dos trabalhadores rurais estão se dando pela consolidação da integração de políticas públicas, dando melhores condições e oportunidades para esses profissionais.

PRONAF - O Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas.

Enfim, a Anater!



Paulo Guilherme Francisco Cabral foi indicado pela presidenta Dilma Rousseff para presidir a Agência

Paulo Guilherme Francisco Cabral foi finalmente empossado pelo Ministro Patrus Ananias na presidir a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Ele já havia sido nomeado pela Presidente Dilma Rousseff no lançamento do Plano safra 2015 e reuniu o Conselho de Administração para aprovação dos Estatutos e Plano de Trabalho no dia 17 de dezembro. Segundo Paulo,

a Agência pretende promover a valorização do extensionista. **“Essa promoção é fundamental para o fortalecimento da agricultura brasileira”**, afirma.

A Agência atenderá as demandas dos agricultores familiares, bem como dos médios agricultores (04 a 15 módulos fiscais), através de políticas de desenvolvimento sustentável e fortalecendo o serviço de assistência técnica e extensão rural como políticas públicas.

“A Faser tem questionado em diversos momentos como a Anater vai tratar os espaços vazios, ou seja; os 48% dos agricultores familiares que não recebem ainda Assistência Técnica no Brasil e se não atendemos aos agricultores familiares, como vamos atender ainda aos médios?”, questiona Manoel Saraiva.

Coordenador da Faser recebe prêmio



Para Manoel Saraiva a premiação é o reconhecimento por suas ações em favor da extensão rural brasileira nos últimos anos.

O Presidente do Sintape e ex-coordenador geral da Faser Manoel Saraiva, recebe premiação durante a realização do Seminário Nacional de Boas Práticas de Ater, como reconhecimento pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário por seu trabalho realizado à frente da Federação.

O MDA, realizou durante os dias 30/11, 01, 02 e 03 de dezembro o primeiro Seminário

Nacional de Boas Práticas de Ater, em Brasília tendo nesse evento apresentado 57 experiências exitosas de Ater de todo Brasil. A Rede Emater teve 10 entre as 18 melhores experiências selecionadas, sendo que de Pernambuco apenas as entidades da sociedade civil receberam premiações; Serta, Sabiá e Caatinga.

Dia Nacional da Extensão Rural é comemorado com sessão solene na Assembleia Legislativa de PE



Evento aconteceu dia 17 de dezembro

Seis de dezembro é o Dia Nacional da Extensão Rural e do Extensionista. Para comemorar a data, o IPA, a APER, o Sintape e a ASSER-PE, organizaram uma sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

(Alepe), no dia 17/12/2015. A sessão foi solicitada pelo deputado Ângelo Ferreira e no decorrer da mesma aconteceram as falas destacando o tema Extensão Rural e prestadas algumas homenagens a personalidades que ao longo de suas

vidas contribuíram com relevantes serviços à Extensão Rural do Brasil e em especial de Pernambuco. A nível nacional foi homenageado o deputado Federal José de Souza Silva (Zé Silva). *In memoriam* foram homenageados o

ex-governador Eduardo Campos e o ex-extensionista Antônio José do Couto Soares. Os demais homenageados foram Dona Magdalena Arraes, Willame Jansen, Neritônio Andrade e Judite da Mata Ribeiro.

Pernambuco instala sua frente parlamentar de Ater

Uma conquista? Pode ser sim, ou não! Há muito, desde o primeiro mandato do ex-governador Eduardo Campos que temos falado da necessidade de que o estado de Pernambuco por sua história de lutas venha a instalar sua Frente Parlamentar de Ater, a exemplo da Câmara Federal e de vários estados que já o fizeram, e que tem utilizado este espaço para através das suas mais diversas peculiaridades realizar audiências públicas para discutir, debater, propor e dar encaminhamentos às demandas da agricultura familiar brasileira.

No dia 15 de dezembro, a Alepe, instalou finalmente a Frente Pernambucana de Ater, cujo objetivo é atuar no âmbito

da Alepe na defesa de propostas e ações que contribuam para estimular, bem como, garantir condições ao desenvolvimento das atividades de extensão rural, incentivando, promovendo debates, audiências públicas e eventos afins.....

**A Ater que
Queremos e o
Brasil Precisa**

Fato notório, é que no Requerimento encaminhado à Mesa diretora da ALEPE, nota-se a ausência dos que seriam dado conhecimento, a dos trabalhadores de Ater, além dos movimentos sociais, como FETAPE, FETRAF, VIA DO TRABALHO, MST, SABIÁ,

CAATINGA, SERTA e outros como o nosso Sintape, embora o IPA tenha sido citado. Por outro lado, nota-se também o excessivo numero de entidades da Comunicação em especial do sertão do Pajeú, o que nos leva a refletir, que tipo de Extensão rural necessitamos e a que está sendo proposta?

O Sintape alerta para que esta não venha a ser mais uma iniciativa para ficar no papel e torce para que efetivamente venha a ser um espaço de grandes debates em nosso estado, que as bandeiras propostas sejam verdadeiramente de lutas e tornem-se realidade para o fortalecimento da Extensão Rural em Pernambuco.

FASER consegue certidão sindical

Após mais de 17 anos de tentativas, lutas e frustrações, além do arquivamento por duas vezes do processo de legalização, a Faser (Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Setor Público Agrícola do Brasil) conseguiu seu Registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego.

O documento, datado de 29 de maio de 2015, foi entregue ao seu Coordenador Geral Manoel Saraiva, em julho deste ano. A coordenação fez desse um dos seus maiores desafios. "Essa é uma ação imprescindível para esta gestão", lembrou Saraiva. No Diário Oficial da União do dia 09 de maio já havia sido publicado despacho da Secretaria de Relações do Trabalho considerando que

a Faser atendeu todos os requisitos das portarias ministeriais 188/2007 e 186/2008, sendo a legítima representante dos profissionais, servidores e empregados da assistência técnica, da extensão rural, da pesquisa e do setor público agrícola na base nacional a ela filiados. Foram entidades fundadoras da FASER o Sinter-PB, o Sinter-SE, o Sintape-PE, o Seater-RO e o Sinterp-MT.



Registro saiu após mais de 17 anos de tentativas, lutas e frustrações, além do arquivamento por duas vezes do processo de legalização

Coordenador-geral da Faser defende fortalecimento da Extensão Rural



Declaração de Manoel Saraiva foi no 4º Seminário "ATER que queremos e a Ater que o Brasil precisa", realizado no mês de outubro, em Belo Horizonte (MG)

O fortalecimento das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados, do extensionista e do agricultor familiar foram os pontos defendidos pelo coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público

Agrícola (Faser), Manoel Saraiva, no 4º Seminário "A ATER que queremos e a Ater que o Brasil precisa", realizado dia 19 de outubro, em Belo Horizonte (MG), coordenado pela Frente Parlamentar de Ater da Câmara Federal. Informou que das 27 Emateres, de 4 a 6 estão mais

ou menos inexistentes, 6 a 8 boas e o restante medianas. As empresas da Bahia (extinta), Alagoas, Piauí e Maranhão estão em situação muito ruim, entre outras. "Daí há a necessidade de fortalecimento de toda a rede de Ater, o fortalecimento do Sistema Nacional de Ater e que precisa

estar em todos os municípios brasileiros", defendeu Saraiva. Ele destacou que a Faser continuará participando das discussões nacionais sobre extensão rural, movimento sindical, desafios como a sucessão na agricultura familiar.



Olho Vivo

■ DESOLAÇÃO NA CPRH

O clima foi de desolação e completa indignação! Mais de 60 estagiários e 50 motoristas da CPRH foram sumariamente demitidos. O fato causou indignação, choro e muita tristeza na agência. Mas qual a desculpa para um ato tão arbitrário? A justificativa: **CONTENÇÃO DE DESPESAS!** Triste para um governo que apregoa valorização do jovem aprendiz e que covarde-mente, coloca na conta dos mais fracos o peso do contingenciamento. Enquanto isso, os serviços, pesquisas e fiscalização da agência continuam cada vez mais deficitários e prejudicados, principalmente porque o volume do trabalho não foi reduzido com a saída dos demitidos. Agora ficou mais atividade para uma quantidade menor de pessoas executar. Mais uma atitude intransigente desse governo!

■ DESCASO NO IPA

Descaso do nosso Governo também para com o IPA. Lá, a tristeza e a indignação não foram, e não são diferentes. Mais de 170 extensionistas temporários foram demitidos. A retirada destes profissionais dos postos de trabalho ocasionou um grande problema para os extensionistas efetivos. Com as demissões, mais de 40 escritórios do IPA fecharam, segundo a direção do Instituto e estão operando com extensionistas de outros municípios, os quais obrigatoriamente estão acumulando atividades para suprir a necessidade das comunidades atendidas nos postos com atividades encerradas. A ação do Governo mostra o descaso com a agricultura familiar e os trabalhadores. A redução do quadro de trabalhadores dificultou ainda mais o acesso às políticas públicas e o acesso agricultor familiar ao crédito e à assistência técnica no campo pela não renovação ou prorrogação dos contratos temporários. Os efeitos dessa ação

desastro-sa já se reflete na redução espantosa do número de agricultores familiares atendidos este ano pelo IPA, menos de 50 mil. Apesar de ter ocorrido uma nova seleção simplificada pelo IPA, o Sintape defende é, a realização de Concurso Público permanente para o Instituto. E assim começar a vislumbrar o processo de universalização da ATER. Do jeito que está é que não pode continuar. Pernambuco tem cerca de 275 mil agricultores familiares e a cada dia o IPA inversamente reduz sua capacidade de atuação o que é bastante preocupante diante de um cenário onde há perspectivas de mais um ano de seca e crise econômica, a ausência do governo cede espaço a marginalização do campo.

■ DESCASO NO IPA II

Acumular trabalho para os trabalhadores do IPA parece ser prática defendida pelo Governo estadual. Em Jaboatão dos Guararapes, o segundo maior município pernambucano em arrecadação, está sem o escritório de Extensão Rural, funcionando este no município de Moreno. Uma piada isso! Como pode um município ter uma arrecadação tão significativa e não possuir uma unidade que preste serviço às comunidades rurais? Dá nem pra acreditar! Muito menos aceitar. Os trabalhadores têm que se deslocar até a vizinha cidade para apresentar seus relatórios e executar outras atividades burocráticas. Talvez essa seja a nova modalidade de gestão adotada pelo IPA, ou do Governo do Estado como nova forma de racionalização de custos. Enquanto isso, os agricultores familiares do município ficam cada vez mais distantes de receberem assistência de qualidade.

■ PERPART

Ao que parece, a empresa pública foi esquecida do ajuste fiscal do Governo do Estado. E por incrível que pareça é ligada diretamente a SAD (Secretaria de Administração), e que a cada mês aumenta o número

de cargos comissionados chagando a mais de dez em alguns deles, apesar da "grave situação financeira", como alega o Governo. Como entender uma política de sacrifício da classe trabalhadora por um lado se do outro quem deveria dar exemplo de austeridade transforma o órgão em cabide de emprego a cabos eleitorais partidários? Temos que lutar para evitar essa prática no serviço público. É verdade que Pernambuco tem um número baixo de Cargos Comissionados, menos de três mil, mas não justifica a baixíssima utilização dos empregados da Perpart, cerca de 1.200 em funções gratificadas, o que seria muito, mas muito mais barato ao estado. Onde está a nossa CGE, que deveria agir apontando direcionamentos à gestão em casos dessa natureza e encontra-se omissa? Aos amigos do REI tudo!!

■ TERCEIRIZAÇÃO

O Congresso mais conservador da recente história continua querendo impor derrotas à classe trabalhadora. Exemplo disso é a insistência em aprovar o PL 4330 (emendas e substitutivos), que trata da terceirização nas atividades fins das empresas. Significa que mercenários poderão criar empresas 100% terceirizadas, com redução de salários, encargos e aumentando significativamente a exploração dos trabalhadores. Este seria um dos maiores retrocessos nas leis trabalhistas brasileiras e conquistas dos trabalhadores. O Sintape e sindicatos filiados à CUT são contrários à terceirização dos serviços, defendemos Concurso Público e permanente.

■ ABANDONO DO LABORATÓRIO FITOTERÁPICO

Um completo abandono.

Assim o Laboratório Fitoterápico da antiga Emater. Um projeto idealizado pela ex-primeira-dama do Estado, Dona Madalena Arraes, e que atendia cerca de 8 mil pessoas por mês em toda comunidade da circunvizinhança, com tubetes de vários remédios naturais, simplesmente foi fechado pela insensibilidade do Governo do Estado, que ao não renovar os Contratos dos empregados ali lotados em nome da "redução de despesas" vira as costas à população mais necessitada.

Perde a população pernambucana. A produção de medicamentos fitoterápicos era para muitos a certeza de que o estado de Pernambuco buscava a independência da máfia dos laboratórios e das multinacionais, uma visão de futuro, de interdependência e autonomia e principalmente compromisso do governo do estado com os menos favorecidos. Perde também a classe trabalhadora, pois o fechamento do Laboratório deixou de absorver mão de obra. E não é por falta não! Tem muita gente qualificada, pois ao longo desses muitos longos anos o pessoal se especializou, capacitou-se para servir à população, mas a burocracia venceu a coerência e o bom senso. Precisamos discutir a reabertura do Laboratório. É lamentável ver que após tantos serviços prestados e experiências adquiridas, equipamentos e infraestruturas sejam assim desprezados, o que deveria ser multiplicador e replicado para os municípios, é lançado no lixo e no esquecimento. Uma história de sucesso e realizações, desprezada pelo governo do estado.